



**APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ:
FORMAÇÃO DOCENTE: HISTÓRIA, ATUALIDADE E
REPERCUSSÕES PARA O ENSINO**

**DOSSIER PRESENTATION:
TEACHER TRAINING: HISTORY, UPDATE AND
REPERCUSSIONS FOR TEACHING**

**PRESENTACIÓN DEL DOSSIER:
FORMACIÓN DOCENTE: HISTORIA, ACTUALIDAD Y
REPERCUSIONES PARA LA ENSEÑANZA**

Amanda Oliveira Rabelo¹

1

Este dossiê é um empreendimento que nos surge a partir de resultados das investigações que realizamos ao longo de mais de uma década sobre questões que envolvem a formação docente, principalmente no que tange à relação teórico-político e prática destas questões no cotidiano escolar, visando atender aos apelos dos/as docentes por maiores conhecimentos.

Com o apoio financeiro concedido pela FAPERJ², este dossiê foi organizado em um momento em que as discussões sobre formação docente afloram, tanto nos meios educacionais como políticos, destacando-se a alteração da LDB (em 2013) que veio admitir como exigência mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a formação oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Apesar de sabermos que muitos docentes já têm ensino superior, estes ainda não são a totalidade dos docentes, por isso esta alteração veio reconhecer o direito adquirido dos docentes

¹ Pós-doutora Educação pela Universidade de Coimbra e pela UFRJ. Doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro. Professora adjunta da UFF/INFES. Email: amandaorabelo@hotmail.com.

² Bolsa Jovem Cientista.

que já trabalhavam, bem como a variedade de necessidades dentro do Brasil, pois algumas localidades não têm professores formados e precisam de um profissional para lecionar.

Neste sentido, o Censo da Educação Básica de 2017 (INEP, 2018) indica que cerca de 29% dos professores da educação infantil do Brasil ainda não têm nível superior e 23% não têm nível superior na sua área de trabalho; já 24% dos docentes dos anos iniciais do EF (Ensino Fundamental) não têm nível superior e 15% não têm ensino superior na sua área de trabalho; nos anos finais do EF 15% não têm ensino superior e 35% não têm ensino superior na área que trabalham; por fim, no ensino médio cerca de 6% não têm ensino superior e 33% não têm ensino superior na área que atuam. Contudo, quando vemos estes dados por regiões e estados do Brasil percebemos o quanto essa necessidade de formação muda, com necessidades maiores de formação em nível superior especialmente nas regiões do Norte e Nordeste do Brasil.

De acordo com esta constatação, está previsto na Meta 15 do Plano Nacional de Educação (INEP, 2015) que todos os docentes da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Mas sabemos que a “Política Nacional de Formação de Professores” (MEC, 2017), conforme descrito em crítica da ANPED (2017), não representa muitos avanços, ao contrário reafirma “o autoritarismo e a falta de diálogo do MEC com os profissionais de Educação, o tecnicismo e a precarização da compreensão da docência e de sua formação, constituindo-se em mais um retrocesso nas políticas educacionais”.

Cabe ressaltar que o Brasil é um país onde ainda há muita falta de docentes, como indicava as “Estatísticas dos professores no Brasil” (BRASIL, 2003b) que fez uma estimativa de criação de cerca de 107 mil funções docentes para 2006, isso principalmente por causa do incremento das matrículas na Creche, mas a estimativa era de que até 2016 os anos iniciais do ensino fundamental tenham uma redução de 150 mil postos de professores, diante da redução esperada nas matrículas, considerando a manutenção do cenário de políticas para a regularização do fluxo escolar. Contudo, esses profissionais poderiam ser remanejados para outros níveis de ensino, em especial para a Educação Infantil.

Atualmente no Brasil existem 557.541 docentes na educação infantil, 761.737 docentes nos anos iniciais do EF, 764.731 nos anos finais do EF, 509.814 no ensino médio (INEP, 2018)



e, apesar de não termos conseguido um dado mais atual sobre esta necessidade de docentes (somente um de 2007: MEC, 2007), o Censo Escolar de 2017 (INEP, 2018) constata que de 2013 a 2017, o número de docentes que atua na educação infantil cresceu 16,4%, mas o número de docentes que atua no ensino médio caiu 2,5% desde 2015. Constata-se também o envelhecimento docente, pois a maior parte dos docentes do Ensino Básico (52,2%) possui mais de 40 anos de idade, o que é diferenciado por segmento em que atuam, onde a maioria dos docentes da educação infantil têm menos de 40 anos. Ou seja, isto pode comprovar o que muitos autores já constatarem que a carreira docente não tem atraído os mais jovens.

O trabalho de Gatti et al (2010) nos permite inferir que a escassez de docentes está associada também a uma perda da qualidade docente, a uma queda expressiva no número de formandos em cursos de licenciatura, à mudança de perfil socioeconômico dos jovens que buscam a profissão docente (sendo a maioria pertencente às classes C e D, com formação escolar muitas vezes deficitária), o envelhecimento dos docentes (um grande número está próximo da aposentadoria), entre outros aspectos que tem gerado uma baixa atratividade da carreira docente aos jovens.

Portanto, mesmo se houver redução de vagas docentes, isso não significa menos empregos na área, ao contrário existe um deficit docente, até porque a profissão docente no Brasil sofre com a desvalorização social, financeira e de condições de trabalho. Cada vez menos jovens escolhem a carreira de professor (principalmente os das classes média e alta), muitos desistem depois de formados, quando se chocam com a realidade do cotidiano escolar ou demonstram uma alta rotatividade e irregularidade docente nas escolas (como indica o Censo da Educação Básica, INEP, 2017). Tal desvalorização é tão grande que o governo federal fez uma campanha nacional de valorização do professor, com propagandas, e um site <http://sejaumprofessor.mec.gov.br/> (MEC, 2008, disponível até hoje com informações sobre a profissão e incentivo a sua escolha).

Várias questões contribuem para a desvalorização docente, destacamos que uma delas é a indefinição existente na formação dos professores. A realidade atual é a de coexistência de vários espaços e cursos para formação de docentes para os anos iniciais do ensino fundamental e educação infantil, bem como indefinições curriculares na formação de outros/as docentes.



Tudo isso continua a gerar disputas e incertezas, principalmente para os alunos que acorrem ou desejam escolher tais cursos, estes muitas vezes se perguntam: “Que curso escolher? Qual é o melhor para a minha necessidade? Qual é o que tem a melhor empregabilidade?”

Assim, ainda faltam muitas proposições que possam atingir os/as docentes na sua formação inicial e contínua. Temos a proposta principal de que os conhecimentos teóricos e práticos, provenientes de investigações acadêmicas sobre a questão da formação docente (inicial e continuada), sejam divulgadas e estejam acessíveis não só a pesquisadores/as e estudantes destas temáticas, mas também aos/às docentes em prática de ensino na educação básica e demais interessados.

Para haver algum consenso e progresso neste debate é preciso, de acordo com Tanuri (2000, p. 85-86), que não haja a desmobilização da experiência acumulada pelos cursos existentes. Entretanto, isso não tem acontecido, as políticas têm levado à desmobilização dos profissionais e a uma formação deficiente que não logra êxito frente aos problemas educacionais. Como analisa Saviani (2009, p. 148):

constatamos que, ao longo dos últimos dois séculos, as sucessivas mudanças introduzidas no processo de formação docente revelam um quadro de descontinuidade, embora sem rupturas. (...) Ao fim e ao cabo, o que se revela permanente no decorrer dos seis períodos analisados é a precariedade das políticas formativas, cujas sucessivas mudanças não lograram estabelecer um padrão minimamente consistente de preparação docente para fazer face aos problemas enfrentados pela educação escolar em nosso país.

Enfim, defendemos a necessidade de que o professor tenha uma formação em nível superior, mas uma formação de qualidade. Contudo, a correria pela extinção das escolas Normais e a busca desenfreada pela formação dos docentes em nível superior (posterior à promulgação de LDB 9394 e a “determinação” que até o fim da década de educação todos os docentes fossem formados em nível superior) muitas vezes causou uma formação aligeirada, fragilizada e degradada, em especial dos professores em exercício que acorrem aos cursos de licenciatura, que foram “obrigados” a se qualificarem pelos seus locais de trabalho, conforme “exigência da Lei”.



No nosso ponto de vista, todos estes debates, bem como outras disputas geram na área da educação divisões internas que deveriam ser dissipadas, pois todos deveriam estar unidos em prol de um mesmo objetivo, a fim de melhorar a educação no Brasil, resolver os seus problemas e não criar hierarquias. Por isso, este dossiê, proveniente de resultados de projetos financiados pela FAPERJ (Brasil), CNPQ (Brasil) e FCT (Portugal), bem como de uma rede internacional de instituições e grupos de pesquisa do Brasil e de Portugal, visa promover uma discussão sobre a formação docente de forma ampla, unindo pesquisadores e docentes em busca de uma formação docente de maior qualidade.

Neste propósito, agrupamos neste dossiê artigos e ensaios de pesquisadoras de alta competência acadêmica, neste campo de investigações, que dialogam entre si e pretendem sensibilizar ao debate pessoas preocupadas com a formação inicial e continuada oferecida a docentes. Propomos, portanto, reflexões que possam ir além das questões teórico-políticas e que permitam também a docentes rever suas práticas, com base nas reflexões que serão por nós apresentadas, visando a repercussões no ensino. Reflexões comparadas e situadas em vários locais, o que permite analisar diferenças e semelhanças da formação docente e promover debates, conforme veremos nos artigos deste dossiê.

A professora doutora Amanda Oliveira Rabelo no artigo “O acesso e a ocupação do espaço docente pela mulher no ‘ensino primário’ no Brasil e em Portugal” apresenta resultados de uma investigação comparada entre Portugal e Brasil, analisando as diferenças de contexto histórico-social destes locais e dos professores/as do “ensino primário”, analisando abordagens teóricas sobre história da educação e concluindo que existiram discursos favoráveis e negativos à entrada das mulheres nos cursos de formação para o magistério, crescimento do número de mulheres e de saída dos homens dos cursos de formação, valorização da condição feminina e do status da profissão, abertura profissional às mulheres, entre outros aspectos.

Utilizando também a análise comparada, o artigo “Currículos, programas e práticas: um estudo comparado de dois cursos de formação inicial de professores em Portugal e na Suécia no âmbito do processo de Bolonha”, de autoria das professoras Filomena Alves Rodrigues e Maria João Mogarro, caracteriza e compara os atuais currículos de formação inicial de professores, da área das ciências naturais, de duas instituições de ensino superior europeias

(Universidade de Lisboa, em Portugal, e Universidade de Malmo, na Suécia), no que se refere à sua estrutura e importância atribuída à componente curricular prática (prática de ensino, isto é, o estágio), utilizando uma metodologia qualitativa de estudo de caso múltiplo. Tendo como base que a formação inicial se constitui como o local privilegiado para a preparação de profissionais qualificados, as autoras concluem que a atual formação que habilita para a docência, em ambas as universidades, resulta de uma reestruturação “imposta” pela implementação do processo de Bolonha, porém verificam que a estrutura é bastante diferente em ambas as instituições, destacando-se as diferenças relativas à duração da formação e à distribuição da componente curricular prática. Assim, deixam-nos, por fim, o desafio de conhecer tanto as realidades europeias, como as realidades luso-brasileiras, levando-nos a pensar em mais análises comparadas e perspetivar possíveis cooperações futuras entre instituições portuguesas e brasileiras, com o objetivo de pensar sobre uma formação inicial de qualidade para um ensino melhor.

No sentido de promover melhorias para o ensino, no artigo “A interdisciplinaridade e a formação do professor: breves considerações”, as professoras Conceição Solange Bution Perin e Silvana Malvasi refletem sobre o conceito de interdisciplinaridade e a formação do professor em uma perspectiva histórica. Por meio de um estudo bibliográfico, refletem sobre alguns paradigmas emergentes do conhecimento interdisciplinar e sobre ações formativas que ligam a teoria e a prática nos cursos de licenciaturas. Após uma contextualização histórica sobre interdisciplinaridade no Brasil, o artigo aborda a importância da interdisciplinaridade na formação docente, apresentando alguns debates relacionados com o conhecimento interdisciplinar e a teoria disciplinar fragmentada, com o objetivo de contribuir para uma reflexão sobre a formação do professor.

No artigo “Desafios do Programa PARFOR: a construção de sentidos na formação em Pedagogia”, as professoras Rosana Aparecida Ferreira Pontes, Marly Saba Moreira e Cláudia Renata dos Santos Barros apresentam a reconfiguração curricular realizada pelo curso de graduação em Pedagogia da Universidade Católica de Santos, a fim de receber professores-estudantes subsidiados pelo Programa PARFOR do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica. Trata-se de um programa de formação emergencial dirigido a professores



que atuam nas escolas públicas de educação infantil e de ensino fundamental brasileiras, mas que ainda não possuem a formação em nível superior. Essa experiência bem-sucedida caracteriza-se pela adoção da metodologia de projetos temáticos integradores, em uma perspectiva interdisciplinar, resultando em uma formação significativa, que, em processo, permite que os professores-estudantes construam sentidos e aprendam a articular teoria e prática.

No artigo “A formação docente em Pedagogia: algumas reflexões em torno de suas possibilidades e desafios”, a professora Maria Clarisse Vieira realiza uma reflexão acerca da formação do pedagogo, com base na experiência do currículo da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB). O estudo adotou como metodologia uma abordagem qualitativa de pesquisa que analisa as intenções expressas em documentos normativos como as Diretrizes Curriculares do curso de Pedagogia (Resolução CNE/CP nº 1/2006) e o Projeto Acadêmico do Curso de Pedagogia da UNB, aprovado em 2002. Em seguida, por meio da análise de questionários, avalia-se a visão do estudante matriculado acerca da formação propiciada pelo atual Projeto Acadêmico. As reflexões em torno desse estudo têm proporcionado o repensar da licenciatura de Pedagogia da UnB na perspectiva de sua valorização, de compreensão e superação dos desafios impostos à prática docente, vislumbrando uma formação que favoreça um processo efetivo de integração entre teoria e prática.

7

Integração entre teoria e prática também é um tema destacado pela professora doutora Helenice Maia Gonçalves, no artigo “Formação docente em nível médio e superior: perspectivas de professores sobre o exercício da docência em seu trabalho”, que investiga a formação inicial de professores para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, destacando as três instâncias diferentes que coexistem e disputam, tanto a regulamentação de cursos quanto a modalidade dessa formação: as Universidades, que oferecem o curso de licenciatura em Pedagogia; os Institutos Superiores de Educação, responsáveis pelo curso Normal Superior; e os Instituto de Educação, onde é oferecido o curso Normal em nível médio. Analisando que esta formação tripartite parece ter contribuído mais para acentuar dificuldades do que consolidar melhorias que cada uma dessas



instâncias poderia trazer para a formação e o trabalho docente. No artigo, a autora demarca que as suas pesquisas parecem indicar que a formação mais adequada ao professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) seria uma combinação do curso Normal em nível médio, que enfatiza mais a prática, e do curso de Pedagogia, que focaliza mais a teoria. No entanto, isso não seria necessário se ambos os cursos fizessem uma maior articulação entre teoria e prática.

No artigo “Form(A)ção de professores: aspectos de um processo em construção”, a autora Márcia Helena Sauaia Guimarães Rostas analisa as perspectivas que envolvem a formação (inicial e continuada) de professores na atualidade e sua prática pedagógica a partir de uma ótica dialético-reflexiva, discutindo o conceito de formação no campo educacional, com base em diversos teóricos que investigam esta temática. A autora articula pressupostos entre teoria e prática e aborda um panorama a respeito da formação na perspectiva reflexiva. Destacam-se as características da educação diante do processo de mudanças que a sociedade atual vem enfrentando, contribuindo para a formação de um novo sujeito que interage, age e modifica o meio onde está e amplia seu universo de “leituras” e “significações”. Formação de acordo com uma abordagem reflexiva do universo docente, repleto de relações sócio comunicativas e, ao mesmo tempo, de relações de dominação, resistência e poder.

No artigo “Escolas organizadas em ciclo(s) e formação continuada de professores: reflexões e práticas de uma gestão educacional”, a professora doutora Elisangela da Silva Bernado analisa a formação continuada que acontece em uma escola pública do município do Rio de Janeiro organizada em ciclos, explorando algumas das características da formação continuada oferecida pelas escolas públicas municipais frequentadas pelos alunos cariocas. Com o seu estudo macrossocial e mesossocial, a autora reflete sobre a escola como espaço privilegiado de formação, porém identifica uma dificuldade de se perceber e de se organizar intencionalmente a escola como instância principal de formação do professor, indicando a necessidade da formação continuada ser tomada como um processo constante e não pontual, estando sempre interligada com as atividades e as práticas profissionais que estão sendo desenvolvidas dentro da escola e, sempre, voltada para o coletivo.

Ainda sobre formação continuada, o artigo “Materiais motivadores e Lúdicos associados com a Literacia na formação de Docentes”, de autoria da Professora Doutora Ana Maria Pessanha, pretende contribuir para a formação de professores na educação de crianças e jovens, apresentando, no ensino, exemplos de formas e estratégias lúdicas, associadas à literacia (letramento). O artigo propõe uma reflexão sobre as práticas educativas, o arranjo e a produção de espaços enriquecidos com materiais de literacia associados a contextos lúdicos, bem como uma reflexão sobre as práticas educativas, as orientações filosóficas sobre educação e as modernas pedagogias. A autora apresenta alguns projectos de atividade lúdica integrados, já desenvolvidos na escola e no contexto educativo de Portugal, oferecendo-nos uma visão geral das boas práticas de atividade lúdica, no contexto educativo. Aborda, ainda, pontos de vista de investigadores nestes domínios e conceitos teóricos associados a estas dinâmicas de intervenção em contexto educativo. A atividade lúdica surge, assim, associada com momentos de prática da literacia, reforçando a defesa do uso da atividade lúdica no contexto educativo e o seu importante papel no desenvolvimento infantil.

Enfim, com os artigos apresentados, visamos desvelar a importância do debate sobre a temática da formação docente em vários aspectos, socializando análises sobre as realidades de diversos estados do Brasil e de outros países, em especial Brasil, Portugal e Suécia.

A relevância desta publicação aflora das experiências, saberes e discussões provenientes das autoras convidadas para este dossiê, o que se torna crucial para uma reflexão geral, tanto no meio acadêmico como nos cotidianos escolares, com contribuições e repercussões teóricas e práticas para docentes de todos os níveis de ensino.

Referências

ANPED. **Manifestação das entidades educacionais sobre a política de formação de professores anunciada pelo MEC**. 2017. Disponível em <http://www.anped.org.br/news/manifestacao-das-entidades-educacionais-sobre-politica-de-formacao-de-professores-anunciada>. Acesso em: 05/12/2018.

BRASIL. **Estatísticas dos professores no Brasil**. Brasil: INEP, 2003b.

GATTI, B. A. et al. A atratividade da carreira docente no Brasil. **Estudos & Pesquisas Educacionais**, São Paulo, n. 1, p. 139-209, mai. 2010.

INEP. **Censo Escolar 2017**. Brasília: INEP, 2018.

INEP. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024**: Linha de Base. Brasília: Inep, 2015.

SAVIANI, D. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40, jan./abr. 2009.

MEC. Política Nacional de Formação de Professores. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05/12/2018.

MEC. Site <http://sejaumprofessor.mec.gov.br/>. Brasília: MEC, 2008. Acesso em: 05/12/2018.

MEC. Escassez de professores no Ensino Médio: Propostas estruturais e emergenciais. Brasília: MEC, 2007.

TANURI, L. M. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, p.61-88, Mai/Jun/Jul/Ago 2000.